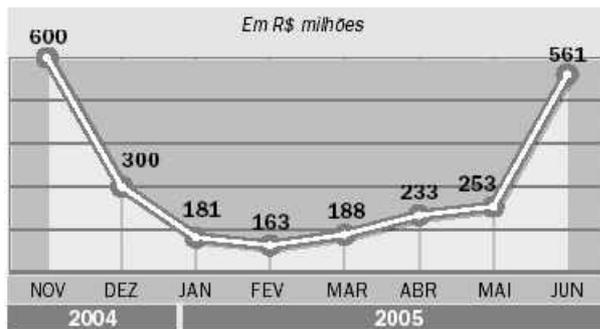


Informe Econômico

Remédio no crédito contra juros altos

Depois de amargarem descrédito em consequência da intervenção no Banco Santos, as negociações no mercado secundário de Cédulas de Crédito Bancário voltaram a crescer. Tidas como um elemento capaz de conter a queda na taxa de juros, as CCBs movimentaram R\$ 561 milhões em junho, contra R\$ 253 milhões em maio, encostando nos R\$ 600 verificados em novembro, antes do fechamento do banco de Edegar Cid F. Regulamentadas no ano passado pela Lei 10.931, as cédulas vêm sendo usadas por instituições de crédito para se capitalizar. Como se fossem promissórias, elas são emitidas na hora da concessão do crédito, e o tomador. As novas regras dão mais garantias às instituições financeiras – o tomador fica impedido de questionar, por exemplo, a cobrança de juros capitalizados. Com essa segurança, as instituições registram o documento na Cetip e o negociam no mercado secundário, como títulos de renda fixa. E empresas também já vêm se beneficiando dessa forma de captação, que não tem os custos e as exigências para estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (recebíveis) ou da emissão de uma debênture. De olho no mercado, bancos médios estão criando operações de crédito, juntando, em uma ponta, os detentores dos títulos e, na outra, os clientes, normalmente gestores de fundos de investimento. É o que fez recentemente a Máxima: intermediou a negociação de R\$ 40 milhões de CCBs emitidos pela Companhia Energética de Goiás para um fundo de investimento. “A maior segurança desses títulos e o acirramento da concorrência com a entrada dos bancos médios no mercado, proporcionados pelas CCBs, levarão, num prazo maior, à queda dos juros”, avalia Jorge Sant’Anna, superintendente de produtos da Cetip. Sua expectativa é que, em seis meses, o estoque de CCBs avance de R\$ 1,9 bi para R\$ 4,2 bi.

Negociação secundária de CCBs



Fonte: Cetip

Capital para risco...

Profissionais e investidores que atuam nos ramos de "private equity" e "venture capital" vêm pelejando há anos para traduzir sua atividade. Seu negócio é levantar recursos e estimular sua aplicação em projetos promissores, principalmente em empresas emergentes de base tecnológica. Quando o embrião parece saudável, mas ainda não nasceu, batizam a atividade de "venture capital"; quando o projeto está não tem dinheiro, tratam-na de "private equity". É um investimento de risco, no Brasil associado a perigo; já "venture" lembra aventura, que raramente faz bem ao bolso. Por isso, a confraria preferiu expressões em inglês e criaram uma Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCap).

...em relançamento...

O negócio está pronto para ser relançado no Brasil, onde surgiu há dez anos. Cresceu na época da privatização e mobilizou US\$ 3 bilhões em 80 fundos. Hoje, segundo Álvaro Gonçalves, presidente da Associação, existem somente 15 fundos. Em outras palavras: desde 1995, esses fundos já investiram em 300 empresas; atualmente, chega a 100. A aposta no ressurgimento se deve a um maior enraizamento do conceito. Três em recente abrem capital direto no Novo Mercado da Bovespa - Submarino, Dasa, Localiza - tiveram um empurrão desses fundos, que saíram para outros negócios na hora das ofertas de ações - e funcionam, dizem os experts.

...agora, com apoio...

Entidade sem fins lucrativos, a Endeavor dedica-se a fazer a ponte entre empreendedores sem recursos e fontes de fundos. Já a Bovespa formatou o que batizou de "Bovespa Mais", segmento de negociação de ações de balcão organizado, destinado a acolher empreendedores e abrir caminho a pequenas ofertas de ações. Quem topa e crescer vai direto para o Novo Mercado.

...inclusive oficial

Do lado oficial, além da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a recém-criada Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), braço do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, pretende entrar em campo, inclusive com recursos. Países ricos investiram em venture capital, entre 1998 e 2001, de 0,2% a 1,2% do PIB. No Brasil, não passou de 0,002%.

Linha de frente

Os economistas Marcio Pochmann, da Unicamp, e MARCELO NERI, da Fundação Getúlio Vargas, participam hoje de debate que tratará do tema "Formulação de Políticas Públicas, voltadas à ampliação e melhoria dos serviços de desenvolvimento empresarial para os pequenos empreendimentos informais", no Sebrae em Brasília. Pesquisa recente sobre informalidade realizada pelo IBGE e o Sebrae mostrou que existem 10,3 milhões de trabalhadores informais no Brasil, dos quais 33% estão nos segmentos de comércio e serviços de reparos. Outros 17% estão na construção civil e mais 16% na indústria de transformação e extrativa. Do total de ocupados, 36% são homens e 36% mulheres. Só 6% desse universo tiveram acesso a recursos financeiros, via bancos (58%), fornecedor (16%), amigos e parentes (16%).

